

USOS DO TERRITÓRIO: UMA QUESTÃO POLÍTICA

Samira Pedutti Kahil¹

La politique, comme la mer, est toujours recommencée.

(André Comte-Sponville)

A política é a discussão dos caminhos que desejamos para a sociedade. Ela nos reúne em torno de um projeto cujo debate público e escolha das metas para a coletividade é coisa das mais importantes numa sociedade. A política supõe o conflito, as diferenças, as discordâncias, as contradições e é a única possibilidade de superá-los. Na política democrática, as divergências são legítimas.

A questão política que dá motivo a este escrito, não é nova. Ela se situa na esteira de uma tradicional inquietação brasileira: a histórica inarticulação entre os mecanismos institucionais que organizam o espaço da liberdade política e promovem a igualdade social. Dessa histórica inarticulação a situação atual em que nos encontramos é ainda mais conflituosa. As disparidades, as desigualdades são ainda mais profundas e nem de todo evidentes, daí a maior exigência do debate político que assegure à sociedade brasileira *a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica, isto é, uma força histórica* (GRAMSCI, 1978, p. 23).

Precisamos construir no Brasil uma esfera propriamente pública - um Projeto para o Brasil, eis a questão política fundamental. Conscientes da nossa pequena, mas sóbria força intelectual é com coragem cidadã que prontificamos contribuir com o debate político.

Como geógrafos nossa contribuição é fazer falar essas questões brasileiras, pelo território – nome político para o espaço de um país (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p.19).

Nosso ponto de partida é a sociedade realizando-se e, esta realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso, a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições (SANTOS, 1996).

Buscar categorias analíticas que dêem conta da complexidade produzida pela superposição e inseparabilidade de sistemas que intervêm na dinâmica local sugere pelo menos que se admitam um recorte para tratarmos entre outras, a dimensão política que pretendemos aqui privilegiar: de um lado, as verticalidades e, de outro, as horizontalidades².

¹ Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, IGCE, UNESP, Campus Rio Claro.

Publicado originalmente nos Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado entre os dias 20 e 26 de março de 2005, na Universidade de São Paulo.

² Esse tema das verticalidades e das horizontalidades foi tratado por François Perroux em *A economia do Século XX*, em 1961, foi também tratado por Milton Santos em *A Natureza do Espaço* em 1996 e mais recentemente em 1999, por Castells em *A Sociedade em Rede*.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 10(2): 26-36, jul./dez. 2012 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

Horizontalidades e verticalidades podem comportar diversas interpretações. Vamos aqui tratar de interpretá-las como um par analítico que comporta uma dialética complementar, dada a oposição entre a natureza das atividades que compõem os sistemas de ações do espaço geográfico atual. Ações verticais são aquelas que caracterizam os espaços em que uma só temporalidade é considerada: o tempo regido pela necessidade de competitividade à escala do planeta. Ações horizontais são aquelas que caracterizam os espaços em que a vida cotidiana abrange várias temporalidades, considerando a existência de todos e de cada um.

Para darmos mais clareza à nossa proposição, fundamentarmos nossa argumentação e garantirmos o debate³, penso ser preciso fixar rapidamente o conceito de espaço, mundo e lugar.

De um modo geral, o lugar é o espaço e o tempo em que vivo, onde tenho minhas referências, onde exerço o conjunto de minhas perspectivas e de minha história. Assim, o lugar é um processo concreto, um acontecimento do mundo, pertence ao mundo. O lugar no mundo não pode ser visto como um fato isolado, mas através dele podemos visar um estado do mundo, portanto algo de abstrato, parcialmente criado por nossa proposição. O próprio mundo é um processo imensamente complexo, o conjunto de todos os processos ou todos os acontecimentos do mundo.

O lugar é ele mesmo extremamente complexo e contém já em si todas as possibilidades, por assim dizer, o mundo em preparação, de modo que não podemos prever todas as possibilidades. É no lugar que encontramos as propensões e tendências de realização do mundo.

Não há quem duvide de que vivemos hoje um novo modo de organização da complexidade do mundo. O sentido das transformações, resultado da profusão das relações em escala mundial, a que chamamos de globalização, é um processo histórico de incorporação da vida material ao espaço. Este, o espaço banal, é um híbrido originário da conjugação interativa entre os sistemas de objetos, produtos das ações que, historicamente, o homem foi incorporando à natureza e, que ao mesmo tempo, condicionam a forma como se dão as ações no tempo presente.

Sustentamos que esse processo é a essência do modo de uma formação sócio-espacial. A instrumentalização das ações (operações), o estágio avançado da internacionalização das relações (regulações) e o ritmo acelerado e contínuo das transformações, algumas fugazes, outras duráveis no tempo, estruturam o espaço como um todo que não é senão a resultante das relações ou composições cada vez mais complexas.

Assim, não é nem a soma dos elementos do espaço que constitui o espaço global; nem é ele um todo que se revela como uma totalidade. “A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações e em seus movimentos” (SANTOS, 1996).

O espaço global não existe a não ser como possibilidade, como essência, como estrutura que se concretiza, isto é, torna-se existência exatamente no momento do impacto das novas relações sobre as formas precedentes.

³ Certos de que a argumentação fundamentada e o enriquecimento das idéias só se podem realizar através do esclarecimento da filiação teórica e também literária do autor, lembramos que para efeito desta referência conceitual nos utilizamos aqui, das obras: todas e principalmente as de Milton Santos e de maneira geral, algo inspirado em Ludwig Wittgenstein e Machado de Assis (ver nossa bibliografia).

Assim visto, como uma estrutura em processo de totalização, o espaço global ganha força explicativa e significação, à medida que buscamos identificar no lugar a forma e dimensão de sua manifestação, descobrindo as regras, os nexos, as lógicas de transformação pelas quais está constantemente sendo reestruturado.

Em função da coexistência dessas lógicas, isto é, a lógica global e a lógica local, é que se produz no lugar um novo arranjo territorial, cuja dinâmica é ritmada pelo conjunto das possibilidades concretas que tem modificado a relação entre o lugar e o mundo.

Para compreensão do período atual em que se notabiliza o uso do território como recurso de viabilidade das ações de interesse privado em detrimento da viabilidade da coesão da sociedade brasileira em geral, o importante é distinguirmos, para garantir a finura da análise, os elementos (os homens, as instituições, os objetos naturais e artificiais, etc.) que no território são as expressões fenomênicas das modificações atuais que estão ocorrendo. A força e a dinâmica de tais transformações escapam à análise rigorosamente econômica e estão a exigir um entendimento da esfera política de decisões quanto ao uso do território nacional.

O debate político só pode se dar à escala da nação. No âmbito da nação é que encontramos as instituições decisivas (território, cidadãos, Estado) que poderão ensejar transformações que assegurem a possibilidade deste povo brasileiro, em que pese ainda em formação, construir, encontrar o compasso de seu próprio caminho e quiçá influir no destino da humanidade.

Hoje, mais que nunca, quando a tendência intensiva e extensiva de unificação e concentração dos espaços da economia capitalista globalizada evolui no sentido da atrofia das estruturas nacionais, há também uma fragilidade nos debates e nas soluções propostas. As discussões em torno das questões nacionais foram sendo substituídas por soluções paliativas através de políticas compensatórias, à escala subnacional, local⁴. Estamos a carecer de uma visão de conjunto da sociedade brasileira, um projeto nacional a partir do qual houvesse redistribuição de poderes e de recursos, prerrogativas e obrigações para todas e entre as diversas esferas político-administrativas e escalas territoriais.

Abdicamos da tarefa de refletirmos sobre nós mesmos, de escolhermos os valores que cimentam nossa nacionalidade e nos encontramos cada vez mais a mercê da coordenação política adrede estabelecida. Se, de um lado, vemos diminuir a integração regional da economia nacional – uma verdadeira “guerra entre lugares” – é porque, de outro lado, cresce a integração interna das empresas multinacionais; se o Banco Central deixa de controlar a entrada e saída de capital estrangeiro, os investidores privados o fazem com mais autonomia; se abdicamos de buscar um lugar na divisão internacional do trabalho, segundo nossos interesses, as empresas multinacionais definem nossas tarefas; se o governo é dispensado de governar a economia, os investidores internacionais fazem isso por ele (BENJAMIM, 1998, p. 32). Assim é que o território brasileiro, sua unidade e continentalidade que por longo tempo funcionou como fonte de legitimidade das políticas de desenvolvimento nacional, boas

⁴ Vale lembrar aqui que a tensão analítica e política entre as noções de local e lugar não é somente uma oposição propositiva entre essas idéias-conceitos, mas correspondem a sensibilidades analíticas e políticas distintas. O local traz referências à heteronomia, enquanto o lugar é portador de anseios de autonomia. Complementando-se, portanto (RIBEIRO, 2004, p. 44). *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 10(2): 26-36, jul./dez. 2012 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

ou más, hoje “é um território nacional da economia internacional”, em que grupos empresariais transnacionais e plurinacionais coordenam e regulam os processos de decisórios (SANTOS, 2000, p. 74).

“Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser” (FURTADO, 1999, p. 26).

O grande desafio que nos responsabiliza enquanto intelectuais, é que sejamos intelectuais públicos, isto é, aquele sujeito que decide pensar, dizer e escrever o que pensa e sem descanso, busca soluções estruturais verdadeiramente transformadoras, a difundi criticamente e a socializa para que seja base de ações vitais para o conjunto da sociedade. (GRAMSCI, 1978; SANTOS, 2004).

NEXOS VERTICAIS: CONTROLE REMOTO E MONITORAMENTO POLÍTICO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Contraditória e necessariamente, o modo de desenvolvimento e organização do capitalismo que se impõe hoje ao mundo, aguçado pela necessidade de mais e mais competitividade e exploração em curto prazo, violenta e faz retroceder a formas cruéis o cotidiano vivido nos lugares. Esse processo ao qual chamamos globalização, ao se territorializar aciona um estilo violento de integração social. Com as oportunidades de ganharem todos os espaços, o processo de desenvolvimento do capitalismo tal qual tem se dado hoje, em que pese seu *efeito modernizante*, é responsável pelas tensões internas e fragmentações que se dão em determinadas formações sócio-espaciais.

Hoje, sob as condições em que se dá a modernização do território brasileiro, a adoção a-crítica e unidimensional de uma política econômica que privilegia as empresas em detrimento de uma política voltada aos interesses da sociedade nacional, a permissividade no uso do território brasileiro como recurso, como valor econômico, deixando esquecido o território como valor que cimenta a nação⁵, tudo isso tem contribuído para a diminuição da integração regional da economia nacional.

Na diversidade das regiões brasileiras a invocação à unidade territorial parece mesmo não significar muita coisa, já que o atraso e a pobreza em algumas e o crescimento extrovertido em outras, levam ao mesmo resultado, isto é, à incapacidade de integração efetiva. “O sentido e o intuito de integrar, quando a diversidade é substituída por uma unidimensionalidade, realiza a opressão” (TOSI: 2004).

O uso privilegiado do território pelo sistema de ações hegemônico das macro-empresas e do Estado, cria nos lugares, quaisquer escala que o tomemos, dinamismos de integração, mas também desagregações – numa palavra: uma tensão política.

Revelador dessa tensão o “território grita, escancara o que os números, como contas públicas, índices inflacionários, saldos da balança comercial apresentam

⁵ Sob a perspectiva de uma geografia crítica renovada, vários trabalhos estão sendo elaborados para demonstrar esse uso desigual do território brasileiro: PEREIRA, Mirlei V.F., (2004) *As redes e a produção das verticalidades no uso do território pela EMBRAER S/A* (tese de mestrado, Geografia – Unesp – Rio Claro); TOLEDO, Marcio.R., (2004) *Macro-circuito espacial do agronegócio: atuação da Cargill no território brasileiro* (tese de mestrado, Geografia – Unicamp); TOSI, F. (2004) *As privatizações e a viabilidade do território* (tese de mestrado – Geografia - Unicamp); XAVIER, Denise P., (2004) *Repensando a periferia no período popular da história: o uso do território pelo movimento hip hop* (tese de mestrado, Geografia – Unesp – Rio Claro).

‘equacionados’ a partir das negociações que o país mantém com seus credores, mais precisamente com o Fundo Monetário Internacional” (SOUZA, 2000, p.5).

Os sistemas de ações verticais apesar de possibilitarem a unificação e homogeneização do lugar ao mundo a partir de formas de convivência e de regulação fundadas na lógica externa que impõem uma materialidade, uma temporalidade, uma divisão do trabalho, adequadas aos interesses hegemônicos da economia e da política, são forças centrífugas que podem ser consideradas fatores de desagregação, de estranhamento, alienação, forças que enfraquecem, ou melhor, retiram ou deslocam do lugar os elementos do seu próprio comando que passam a ser buscados fora e longe dali (SANTOS, 1996).

Se tomarmos como exemplo as últimas décadas vemos que as políticas econômicas do Brasil são políticas compensatórias, muito ajustadas, adequadas, subordinada ao sistema internacional. Nos anos 80, dada a crise de liquidez causada pela política norte-americana de atração de recursos, levou o governo brasileiro tomar medidas de “ajustes” que propiciassem, à duras penas para a sociedade brasileira, mega-superávits comerciais para sustentar a exportação de capitais e garantir o pagamento da dívida externa. Nos anos 90, a desaceleração das economias desenvolvidas provoca excesso de liquidez no sistema financeiro internacional e, à tal crise, o Brasil adota medidas de captação de capitais que além de fragilizar nossa balança de pagamentos, não se destinavam para investimentos produtivos.

Esses sistemas de ações são assim responsáveis pela criação de interdependências tanto mais numerosas e atuantes quanto maiores as necessidades de cooperação entre os lugares. A eficácia e competitividade das ações dependem da instalação de uma materialidade no lugar, seja este tomado à escala de um município, uma metrópole ou à escala do país. Essa materialidade são os sistemas técnico-científicos e informacionais, um *meio* material destinado a favorecer, dar suporte e mais permissividade às ações produtivas hegemônicas, característica das atividades econômicas que, mais que o Estado, comandam de fora a política no período atual. A *coletividade* do país fica assim sujeita, obrigada a existir em território instrumentalizado para servir, viabilizar os projetos *individuais, corporativo* das grandes empresas internacionais.

No entanto, esses sistemas materiais não é tudo que se faz pela viabilidade do território e sua adequação aos novos imperativos da economia político-territorial das empresas. Complementarmente, diante da impaciência das empresas e das regiões, o poder público promove um rearranjo do conteúdo normativo para viabilizar o aumento da produtividade espacial e tornar mais eficiente o uso do território, pois é mais rápido mudar o arranjo jurídico que o arranjo material. Devotado assim a inventar a viabilidade do território para as empresas o poder público promove uma verdadeira compartimentação do território já que a presença mais espessa de ciência, da técnica e da informação em certos pontos é a contrapartida da produção de escassez em outras regiões (SOUZA, 1994; SILVEIRA, 2003: p.414).

Milton Santos (1996) vaticinou que a dinâmica dos espaços da globalização supõe uma adaptação permanente das normas e formas. As formas geográficas, isto é, os objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção, somente autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e da instalação de normas jurídicas, financeiras e técnicas, adaptadas às necessidades do mercado. Essas normas são

criadas em diferentes níveis geográficos e políticos, mas em vista da competitividade mundial, as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as demais. E as normas do mercado tendem a configurar as normas públicas (TOLEDO, 2004).

Assim é que se promovem, de maneira muito subordinada, a integração do país e a interdependência do processo produtivo à economia mundial. Essas interdependências tendem a criar hierarquias, entre classes, entre países e também entre as regiões dentro do país. Pode-se dizer que para além de hierarquias, os novos nexos heteronômicos, desarranjam ou ainda decompõem qualquer esquema de forças políticas tradicionais do subdesenvolvimento latino-americano – aparecendo mesmo como exclusão das classes da política. Assim, na Venezuela de Chávez, na Argentina de Kirchner ou no Brasil de Lula não são, como nos fazem crer, as crises econômicas que desestabilizam e põem em risco a integridade social e territorial, mas a força econômica conjugada à novas estratégias de uso dos territórios nacionais que se sustentam num verdadeiro rearranjo das estruturas de poder no interior da própria classe empresarial. É esta nova ordem de coisas na periferia devastada pelo evidente desbalanceamento na equação das forças político-sociais que está a nos exigir a análise e compreensão da atual política de uso dos territórios nacionais.

Em nosso país, esses sistemas de ações hegemônicos da economia e da política são forças cujo peso agrandou-se com a debilitação das bases populares, ainda que não haja total solidariedade de interesses entre os setores que estão ganhando com a financeirização/extroversão da economia. É bem o contrário o que se dá. Há sim uma degradação, desagregação, desmoralização das forças político-sociais e uma verdadeira fragmentação do território⁶. “Um intransponível fosso entre as classes torna uma quimera qualquer experiência comum no espaço público que, aliás, se privatiza aceleradamente”. (OLIVEIRA, 2004).

A total colonização da esfera política pela economia converte as empresas em atores políticos e o Estado, que nos fazemos crer se fazer mínimo na economia, se faz mínimo é na política. Sob domínio da política feita pelo mercado global, que de certa forma existe somente como ideologia, como símbolo daquela esfera em que os atores são mesmo as empresas globais, o Estado obedece aos seus reclamos, adaptando e instrumentalizado o território rapidamente para melhor servir às necessidades de fluidez e competitividade das empresas. De tal forma, nos alerta Milton Santos (2000), o Estado investe pesadamente para alterar a geografia das regiões e acaba por ter menos recursos para tudo que é social. É exemplar o caso das privatizações brasileiras, sobretudo porque no modelo adotado, que mais parece uma “privataria”, no dizer de Elio Gaspari, o Estado financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. Seria cômico se não fosse “entreguismo”.

Hoje, no Brasil, alguns anos após o auge das privatizações que tiveram lugar no Governo Fernando Henrique Cardoso, o Governo Lula, a mídia e a maioria dos Partidos Políticos não discute a ética do projeto de mudança sócio-territorial do governo anterior,

⁶ No Brasil cerca de dois mil municípios foram criados logo depois de promulgada a Constituição de 1988. Localidades que não tinham condições de prover serviços essenciais adquiriram autonomia política e administrativa porque políticos espertos enxergaram nas brechas abertas na legislação específica, a oportunidade de ampliar suas *clientelas*. Segundo a Pesquisa das Informações Básicas Municipais – IBGE, dos 5.507 municípios brasileiros, 3.0340 (quase 60% do total) têm 85% de suas receitas provenientes de transferências da União e dos Estados. Ou seja, não têm receita própria.

mas apenas adequações do funcionamento de sua conjuntura, se atendo na discussão de variáveis secundárias próprias do funcionamento daquela situação anteriormente instalada (TOSI, 2004).

De outro lado, as esferas de representação social se institucionalizam ou, o que dá no mesmo, perdem o poder de operar rupturas. A exclusão das classes trabalhadoras da política através da reestruturação e da total regulação do processo produtivo são expressões de um novo totalitarismo, que está sendo gestado desde o continente americano até a periferia do sistema pelo capitalismo globalizado. A degradação e debilitação das ações políticas são das maiores perversidades do processo de globalização (OLIVEIRA, 2004).

Podemos dizer que o Brasil continua ainda hoje a oscilar entre os interesses clientelistas do mandonismo local e os interesses particularistas dos setores articuladores da política econômica supranacional (estou também a me referir aqui àqueles tantos falsos funcionários públicos que trabalham para o setor financeiro internacional). Se, de um lado, o novo sistema de poder e dominação se reconstrói sobre matrizes de caráter extrovertido (financeirização e agronegócios), a reestruturação da hegemonia econômica e política se dá sobre a égide da reestruturação produtiva que dissocializa e desorganiza as bases dos processos coletivos de produção que, por sua vez, promove uma forte erosão das bases do trabalho e sua representatividade.

Assim é que entre as condições de competitividade produzida pela política 'real' e os interesses e carências de políticas sociais; entre a construção de grandes sistemas de engenharia (que interessam, sobretudo às grandes empresas) e as condições precárias de trabalho (desemprego, baixíssima remuneração, empregos precários, sem formalização, etc...); ou melhor dizendo com Maria Laura Silveira (2003): "quando o valor do trabalho morto desponta como superior ao valor do trabalho vivo", perdemos a perspectiva do conjunto do país e a chance de construirmos uma nação plena de cidadãos fortes.

Sem um projeto de nação, corremos o risco de continuarmos condenados à histórica dissociação entre as lutas sociais regionais e a unidade territorial, a dissociação entre povo e nação – face principal de nossa fraqueza, isto é, a incapacidade de encontrarmos nosso lugar no mundo, de elevarmos o nosso povo à condição de sujeitos da história.

NEXOS HORIZONTAIS: ENTRE O MUNDO E O LUGAR, A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO CÍVICO

Paradoxalmente, mesmo considerando o fato de que o Estado se preocupe, sobretudo com o desempenho das macro-empresas às quais oferecem regras de natureza geral e que desconhecem as particularidades criadas pelo espaço geográfico, paralelamente o uso comum do território permite o aprofundamento das horizontalidades.

Porque se partimos do princípio de que o espaço geográfico é o espaço banal, espaço onde se realiza a vida coletiva, espaço de todos, falta-nos ainda aqui, nos referirmos àquela parte da sociedade que excluída do processo de globalização,

também habita o território nacional que é comum a todos os agentes, e que implica também uma existência no lugar, usa o território segundo sua própria racionalidade, sua própria temporalidade, constituindo e criando o território comum, lugar de dimensão cotidiana, mundo da heterogeneidade criadora.

Pode-se dizer que tal situação criada pelo conjunto das ações de natureza horizontal assegura a permanência de forças centrípetas que unem, aproximam, são criadoras de solidariedades.

Na verdade são forças que, a despeito da vontade de unificação e homogeneização característica da racionalidade hegemônica, típica das ações verticais adrede estabelecidas, se criam a partir de formas de convivência e de regulação fundadas em uma outra lógica, uma outra política. Uma *Política* que resulte da consideração conjunta de múltiplos interesses, em oposição à *política* que, nos espaços hegemônicos regulam as ações de forma a se tornarem obedientes às considerações de interesses privatísticos.

Podemos dizer também aqui com Milton Santos (2000), que é a revanche do território, mostrando que, a despeito do modelo econômico dominante, é do reconhecimento do território de uso comum a todos e da confluência das novas condições técnicas e das novas condições políticas, que se poderá constituir uma resistência, contributiva da construção de uma nação de homens fortes, que buscam cidadania plena, uma nação alicerçada num modelo cívico em que seja possível acreditar numa outra globalização. “A cidadania plena é um dique contra o capital pleno” (SANTOS, 2000, p. 64).

Vejamos o exemplo da cultura. Não há quem duvide que *a cultura de massas*, que se produz nos e para os espaços de ações homogêneas, porque reproduzidas de forma repetitiva e empobrecedora, chega verticalmente hoje a todos os recantos do planeta.

Paradoxalmente são das condições materiais e instrumentais necessárias a essa *produção cultural em massa*, e porque o uso dessa materialidade é felizmente diversificado segundo os indivíduos e lugares atingidos, e ainda porque há resistência da cultura preexistente nos lugares, que agravam-se as heterogeneidades criadoras das circunstâncias propícias ao *processar* de uma outra cultura, capaz de rivalizar com a cultura de massas.

É o caso dos *hapers* ou *hip hop*,⁷ uma cultura popular, periférica, que aponta para o surgimento de um novo período que Milton Santos chamou de “período popular ou demográfico da história”. É no cotidiano densamente povoado de símbolos reveladores do próprio movimento da sociedade, no cotidiano das crescentes aglomerações da população em alguns lugares, no cotidiano dessa urbanização cada vez mais concentrada, no cotidiano ampliado pela mistura intercontinental de povos, raças, religiões que avultam as relações de proximidade (SANTOS, 2000).

Assim é que podemos redefinir a periferia, este lugar em que se aproximam e se associam saberes cotidianos, apreendidos na luta pela sobrevivência cotidiana, esse dia-a-dia em que é preciso prontidão dos sentidos tanto para encontrar a satisfação das necessidades criadas artificialmente, como também, para além desses bens materiais

⁷ O uso do território por esse movimento jovem é objeto de estudo de mestrado que está sendo realizado por Denise P. Xavier, sob minha orientação – Geografia – Unesp – Rio Claro (ver acima, nota de rodapé nº 4).
Estudos Geográficos, Rio Claro, 10(2): 26-36, jul./dez. 2012 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

finitos, urge buscar bens infinitos que a experiência da escassez faz criar, isto é, a solidariedade e a liberdade.

É nesse cotidiano, ainda povoado de instrumentos e normas rígidas, isto é, daqueles sistemas técnicos criados para viabilizar as ações dos agentes hegemônicos, que os pobres e agora a classe média também, vão felizmente se apoderando desse mesmo instrumental e vão se adaptando, isto sim de forma flexível⁸, criando nos lugares um novo dinamismo já que, da convivência com a necessidade e com o outro, a cada dia, todo novo dia está a exigir a descoberta e criação de formas inéditas de trabalho e de luta.

“No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 1996).

O lugar nos ensina o mundo. Vivemos cotidianamente o mundo no lugar. Mas o que se nos aparece cotidianamente são, no mais das vezes, os aspectos truncados e banais do mundo e “nada talvez deforme mais a observação que a banalidade do espetáculo cotidiano: ver a mesma coisa a cada dia é quase não vê-la” (BRAUDEL, 1989).

Conjugando diferentes tempos, o lugar é a própria escola da experiência de todos. Mas, o lugar não é uma esponja que absorve o mundo – entre a disciplina metálica das ações hegemônicas da economia e da política e o caráter errante da periferia da vida – o lugar é também lugar das ações compartilhadas, que nos permitem demolir idéias, convicções – promessa de solidariedade, responsabilidade, liberdade.

“Os lugares são reveladores, basta atingi-los. Essa ruptura manifesta nos lugares pela alegria que irradiam, deve ser também compreendida não como visão forjada pelo mundo (o da globalização), de incerteza e de caos: nos lugares busca-se furiosamente a liberdade” (SOUZA, 1997).

É aí, no cotidiano dos lugares que se revelam as já muitas manifestações de insatisfações e desconforto com a realidade seletiva e com a rigidez das normas

⁸ Nos fazem crer que a atual economia de mercado ou o processo de globalização no estágio atual está a propor, como nunca antes, um sistema de produção mais flexível. Isto de longe é visivelmente falso porque as atividades hegemônicas que hoje tendem à uma centralização, consecutiva à concentração econômica, exigem um esquema cada vez mais rígido e cumulativo de normas, quer para a necessária eficiência das ações dominantes, quer para enquadrar as reações a essas mesmas normas. “Assim é que os governos tendem a dizer que a solução é mais polícia e não melhor política” (SANTOS, 2000).

férreas, exclusivas da racionalidade econômica e política da globalização ora em curso.

Contra os aspectos aparentemente inescapável e imutável do mundo, em que a repetição das ações não exige nem concentração nem discernimento, o inesperado, a surpresa é a possibilidade de ruptura, transformações e revelações capazes de restituir o sentido do mundo. Contra a univocidade e fixação da racionalidade técnica impondo uma *routine* esquecida do possível resgate dos sentidos, uma contra-racionalidade inverte a rota do presente inerte, homogêneo e previsível, entreabrindo universos de sentidos, exatamente pela compreensão da presença e da coexistência no lugar, de todo mundo.

Reencontrar o sentido do mundo no lugar implica em não se contentar pensar o mundo em que sou e estou. Ao invés de viver no lugar uma vida passiva, de existência privada e individualizada, é a vontade de saber o mundo, o outro, que abre as possibilidades de abandonarmos as posições emolduradas que restringem a autonomia e a liberdade. O conhecimento do outro, a interação do meu mundo com o outro é um ato de audácia que destrava os contextos ou situações herdadas, auto-referenciadas, não argumentativas, para robustecer o mundo da vida por meio de ações compartilhadas. É assim que “o mundo ganha sentido por ser esse objeto comum alcançado através das relações de reciprocidade que, ao mesmo tempo, produzem a alteridade e a comunicação” (SANTOS, 1996).

Nossa preocupação em estudar o território brasileiro, “o lugar das atividades da maior parte da população, dotadas de um dinamismo próprio, autêntico, fundado na sua própria existência, um lugar que não pode ser entendido sem que primeiro compreendamos o mundo”, nossa preocupação é exatamente a busca de surpreendermos, “no lugar, as transformações que poderão atribuir um novo sentido, um sentido mais veraz e enriquecedor para a existência plena de cada pessoa, para que seja possível a construção de uma nação plena de cidadãos fortes” (KAHIL, 2003, p. 602).

REFERÊNCIAS

ASSIS, MACHADO DE. “Idéias do Canário” *in: O Alienista e Outros Contos*, São Paulo: Editora Moderna, 1995, p. 73.

BENJAMIN, CEZAR, [ET. AL.]. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto 1998.

BRAUDEL, FERNAND. *A Identidade da França*. São Paulo: Globo, 1989.

FURTADO, CELSO. *O longo amanhecer. Reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GRAMSCI, ANTONIO. *Introdução à Filosofia da Práxis*. Lisboa: Edições Antídoto, 1978.

KAHIL, Samira Peduti. Um Mundo de Existência criativa: Milton Santos, esse Habitante! In: SOUZA, M. A. Ap. (Org.) *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas, Territorial, 2003. p. 597-610.

OLIVEIRA, FRANCISCO DE. “O momento Lênin”. *O Pensamento nas Rupturas da Política*. Relatório Final de Pesquisa FAPESP; São Paulo: Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – USP – FFLCH; Julho, 2004, (mimeo).

RIBEIRO, ANA CLARA T. “Lugares dos saberes: diálogos abertos”, *in*: Brandão, M. (ORG) *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, MILTON. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*, São Paulo Editora Record, 2000.

_____. *Testamento Intelectual* – São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SANTOS, MILTON; SILVEIRA, M. LAURA. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA., MARIA LAURA. “A Região e a Invenção da Viabilidade do Território.” *in*: Souza, M. Adélia. (et al.) *Território Brasileiro, Usos e Abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SOUZA, MARIA ADÉLIA. *Território, Lugar e Poder*. Relatório Técnico-Científico. São Paulo: FAPESP, 2000.

_____. *O Lugar de Todo Mundo. A Geografia da Solidariedade*. Texto apresentado em Seminário organizado pelo Programa de Pós-graduação e o Depto. de Geografia da UFBA, Junho, 1997.

_____. *A Identidade da Metrópole: A verticalização em São Paulo*. Hucitec/Edusp, São Paulo, 1994.

TOLEDO, MARCIO R.; KAHIL, SAMIRA PEDUTI. “A Constituição de Novas Regiões por Empresas Multilocalizadas: O Caso da Nestlé de Araras” *in*: *Revista Geosul*, Florianópolis: UFSC, nº 38, 2004.

TOSI, FÁBIO. *As Privatizações e a Viabilidade do Território como Recurso*. Relatório de Qualificação de Mestrado – IG – Unicamp, 2004.

WITTGENSTEIN, LUDWIG, *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994.